

Diretor da Fiat prega 'exceções' na estabilidade

BETIM (MG) — O Diretor de Relações Industriais da Fiat Automóveis, Giuliano Viani, disse ontem ser contrário à proposta de estabilidade aprovada na Comissão de Sistematização. Viani admitiu, entretanto, que aceitaria a estabilidade no emprego para os trabalhadores brasileiros, caso a medida viesse acompanhada de alternativas na legislação — que ele chama de "exceções" —, como a voluntariedade na execução de horas extras.

Outra medida citada pelo Diretor da Fiat para que a estabilidade fosse aceita seria o fim da isonomia salarial: "Uns fazem bem o serviço e outros executam mais ou menos o mesmo trabalho. Por que pagar igual se a contribuição é diferente?"

Giuliano Viani anunciou ainda que entrou, esta semana, com uma interposição judicial contra o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Edmundo da Costa Vieira, por calúnia e difamação. Viani alegou que, em um dossiê da entidade, o sindicalista sugeriu que a empresa tenha sido a autora de recente arrombamento em sua sede.

O Diretor da Fiat Automóveis aproveitou ainda para rebater as acusações de que a empresa não paga insalubridade a seus funcionários: "Convidamos a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa para visitar a fábrica e ver as medidas que a empresa toma para a saúde dos trabalhadores".

Viani confirmou, contudo, que a Fiat demitiu três diretores do sindicato, sendo dois por violência contra colegas e um por tentativa de sabotagem contra seu maquinário.

Para Moreira, a lei não basta. É preciso emprego

O Governador Moreira Franco condenou ontem a forma como foi definida a estabilidade pela Comissão de Sistematização. Numa frase, Moreira resumiu o que pensa sobre o assunto:

— Se estabilidade fosse uma questão puramente de legislação, a Índia não teria desemprego — afirmou.

Moreira Franco acha que a legislação deve apenas definir que o emprego é um direito social do trabalhador. Ele defende a definição de políticas industrial, agrícola e científica e tecnológica que se tornem elementos propulsores do emprego.

— O emprego só é garantido quando existem condições econômicas para que ele exista — acrescentou.

Para Moreira, "é injusto e inqualificável o tratamento desse problema de forma paternalista".

— Não podemos imaginar que, pelo simples fato de termos uma lei, o emprego estará assegurado.

Arinos ameaça se demitir por ser acusado de violar Regimento

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Voz mansa e calma, o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), surpreendeu a todos quando, em meio à sessão de ontem, ameaçou demitir-se do cargo caso o plenário entendesse que, ao descumprir o Regimento, estaria "praticando algo indigno".

— Me demito daqui agora. A Comissão tem quatro grandes vice-presidentes e eu saio daqui satisfeito — disse ele.

Ninguém se manifestou. Rapidamente e bem-humorado, Arinos disse:

— Bem, já que não há necessidade disso, passemos à votação.

Refeito da surpresa, o Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) correu ao microfone e protestou, pedindo respeito ao Regimento, em benefício dos trabalhos da Comissão. Com a calma de sempre, Arinos respondeu:

— Desde que assumi a presidência desta sessão, há pouco mais de uma hora, o Regimento está sendo metodicamente desrespeitado e Vossa Excelência não reclamou antes. Passemos à votação.

O episódio começou com um pedido do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), para que fosse dada preferência à votação de sua emenda, propondo jornada de trabalho de 42 horas semanais. O Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) disse que a Mesa não poderia submeter o pedido à votação porque o requerimento de preferência fora apresentado fora do tempo hábil, descumprindo o Regimento. Arinos concordou e decidiu não acatar o pedido de Ramos.

Diante da sucessão de protestos e questões de ordem, o Senador Afonso



Arinos cochila na cadeira da Presidência da Comissão de Sistematização

Arinos deixou cair um copo de leite em cima do substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e pediu tempo ao plenário enquanto o Secretário da Comissão, Paulo Afonso Martins de Oliveira, auxiliado por funcionários, limpava a mesa com um guardanapo. Foi quando ouviu um veemente e aplaudido apelo de Bernardo Cabral, para que ele permitisse ao plenário se manifestar sobre a emenda do Deputado Paulo Ramos. Arinos atendeu e explicou:

— Não estou desobedecendo a nenhuma lei moral. Estou obedecendo a um sentimento de justiça, pois esta votação é uma forma gradativa (o plenário rejeitara, momentos antes,

a jornada de 40 horas) de a Comissão manifestar sua opinião. Eu me arrependia muito mais se não incorresse nesse erro.

Sem entender direito que tipo de votação aconteceria, o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, sugeriu a Arinos que permitisse ao plenário decidir se deveria ser dada preferência à emenda de Paulo Ramos. O Presidente da Comissão observou que a sugestão não era diferente de sua decisão, que "desobedece o Regimento". E depois de ameaçar renunciar ao cargo, colocou em votação o pedido de preferência, desrespeitando o Regimento, como ele próprio reconheceu.

Para Bresser, demissões serão a consequência

SÃO PAULO — Para o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a estabilidade no emprego, nos termos em que foi aprovada pela Comissão de Sistematização, vai gerar muitos problemas para a economia nacional e um grande número de demissões.

Ele espera que o plenário da Constituinte reveja os termos aprovados anteontem, porque, em sua opinião, permitir que as empresas demitam apenas por justa causa ou por calamidade "é exagero".

— É justo que a demissão custe mais caro do que um aviso prévio, mas não a esse ponto — afirmou, acrescentando que a redação da Comissão impede que o Brasil atinja o estágio de um capitalismo moderno.

Bresser lembra, ainda, que a racionalidade da administração fica mais difícil com a existência de um passivo muito alto, como ocorria com as empresas da criação do Fundo de Garantia.

Albano conta com Ulysses no plenário da assembléia

Foto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — O Senador Albano Franco (PMDB-SE), Presidente da Confederação Nacional da Indústria, garantiu que terá a colaboração do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para modificar o instituto da estabilidade no plenário ampliado da Assembléia. Ele aposta ainda na inclusão da indenização progressiva, defendida pelos empresários, no inciso XVII dos Direitos Sociais, que prevê aviso prévio e indenização em casos de demissão, nos termos da lei. Albano considerou injustas as acusações do Deputado Afff Domingos (PL-SP), de que ele e o Presidente da Fiesp, Mário Amato, foram os responsáveis pela aprovação.

— E um absurdo me acusarem agora — disse o Senador, ressaltando que, até o último momento, tentou uma negociação capaz de evitar a aprovação do substitutivo, "o que só não foi possível por uma avaliação precipitada do PFL", que acabou votando com a esquerda do PMDB.

Derrotado, Albano está iniciando negociações para a votação no plenário da Constituinte e, para isso, conta com o apoio de Ulysses.

Segundo o Senador, Ulysses era favorável à aprovação do primeiro substitutivo, que remetia a discussão para a legislação ordinária. Como a matéria foi rejeitada pela Sistematização, Ulysses apostou na aprovação da Emenda Max Rosemann (PMDB-PR), também derrotada. Agora, só resta o plenário ampliado e, para obter os 280 votos necessários à derru-



Albano (à esquerda) e Meneguelli

bada da estabilidade absoluta, Albano conta com o prestígio do Presidente da Constituinte.

— A posição do Deputado Ulysses Guimarães é decisiva, porque ele tem peso por presidir o PMDB e a Constituinte. E o mais importante é que está disposto a interferir.

Acrescentou que Ulysses já deu sinal verde para o reinício das negociações visando a aprovação de uma emenda intermediária garantindo a indenização progressiva. Disse ainda que existe a preocupação de Ulysses em mostrar que, na Assembléia, não haverá vencedores nem vencidos.

Amato se solidariza com Senador e diz que acordo foi tentado até o fim

BRASÍLIA — Acusado pelo Deputado Afff Domingos de ter sido, junto com o Senador Albano Franco, responsável pela aprovação da estabilidade absoluta, o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, mandou ontem um telex de solidariedade a Albano. "Não é verdade que os malogros tenham ocorrido em função de falta de articulação dos empresários e entre eles e a classe política", afirma.

No telex, ele condena o comportamento dos constituintes: "Infelizmente, alguns votaram contra suas próprias convicções, atendendo a interesses políticos outros em seus Estados, já que pretendem disputar cargos eletivos para o Executivo em suas bases eleitorais", acusa. Outros, de acordo com Mário Amato, "abandonaram a sua palavra de ontem por um desejo menor de ver aprovada uma emenda que levasse o seu próprio nome".

Amato lembra também as tentativas de negociação que foram feitas para que se chegasse a um acordo: "Tudo o que, humanamente, era possível fazer, foi feito", defende-se.

E diz ainda: "Sou empresário e não político. Tenho que lutar com os meus valores e com as limitações impostas até mesmo pelo meu estilo de vida". Ele mostra ainda otimismo, ao afirmar que perdeu-se "uma batalha e não a guerra". Para o Presidente da Fiesp, "existe tempo, ainda, para se demonstrar aos constituintes que todo um projeto de desenvolvimento econômico e progresso social poderá ser destruído pela consagração da ociosidade e da ineficiência".

Manifesta também sua confiança de que vai prevalecer na Constituinte a defesa dos interesses de toda a Nação, especialmente da classe trabalhadora que, para ele, "não pode ser punida por um princípio (o da estabilidade) que não reivindicou".

Caiado: Livre iniciativa vai reagir contra estabilidade

PIRACICABA, SP — O Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, foi incisivo ontem, em Piracicaba, ao afirmar que a livre iniciativa vai reagir no Brasil, referindo-se à aprovação da estabilidade do trabalho na Comissão de Sistematização da Constituinte, extensiva também aos trabalhadores rurais.

— Da maneira como querem fazer — disse — acabarão destruindo as pequenas e médias empresas, oferecendo uma ilusória estabilidade ao trabalhador. Mas os demagogos da má fé e da mentira não vão prevalecer na próxima Carta do País.

Falando a pouco mais de 140 pessoas, no último painel do Congresso Paulista de Agronomia, Caiado afirmou que o Congresso Nacional tem "malucos marxistas redigindo a Carta Magna". E acrescentou:

— Se na Comissão de Sistematização, montada apenas para atender

aos interesses dos 24 relatores das subcomissões, a questão da imissão de posse após 90 dias for aprovada, vamos contestar as credenciais desses parlamentares.

Fazendo críticas constantes à esquerda, Caiado enfatizou que "a UDR não aceitará que pessoas que representam menos de um por cento da Nação dêem um golpe na Constituição". E frisou:

— O que o País precisa é da reforma no caráter e na moral de muitos homens que governam.

Ronaldo Caiado garantiu, ainda, que os produtores rurais somente aceitam a negociação em torno dos chamados focos de tensão surgidos até maio de 1985, pois, a seu ver, os que surgiram depois daquele mês "foram foram fomentados pela esquerda, interessada em levar o País à convulsão social.